

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João
2 – CBHLSJ. Ao vigésimo quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às
3 dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *JitsiMeet*), tendo como
4 pauta os seguintes assuntos: PAUTA ORIGINAL: 1. Aprovação das Atas das reuniões
5 anteriores (31/01/2023 e 26/04/2023); 2. Homologação da entrada de novas Instituições
6 na composição da Plenária do CBH Lagos São João – Biênio 2023-2025; 3. Aprovação
7 da resolução que “Altera a Resolução CBHLSJ nº 180/2023, e dispõe sobre a nova
8 composição da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e
9 Saquarema e dos Rios São João e Una (CBHLSJ) para o Biênio 2023-2025 e dá outras
10 providências”; 4. Aprovação da resolução que “Aprova a aplicação de recursos
11 financeiros do CBHLSJ no montante de 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)
12 para a estruturação do Escritório de Projetos do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos
13 São João”; 5. Aprovação da resolução que “Revoga a Resolução CBHLSJ nº 115/2020 e
14 aprova a possibilidade de realização de reuniões das instâncias do CBH Lagos São João
15 nas modalidades online e híbrida”; 6. Aprovação da resolução que “Aprova a retomada
16 de atividades dos Grupos de Trabalho do Âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica
17 Lagos São João por 02 (dois) anos e dá outras providências”; 7. Aprovação da resolução
18 que “Regulamenta a aplicação de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$
19 64.328,97 (sessenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos)
20 para Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama (alimentação, combustível
21 e óleo lubrificante)”; 8. Assuntos Gerais. **PAUTA EXECUTADA: 1. Aprovação das**
22 **Atas das reuniões anteriores (31/01/2023 e 26/04/2023); 2. Homologação da entrada**
23 **de novas Instituições na composição da Plenária do CBH Lagos São João – Biênio**
24 **2023-2025; 3. Aprovação da resolução que “Altera a Resolução CBHLSJ nº**
25 **180/2023, e dispõe sobre a nova composição da Plenária do Comitê de Bacia**
26 **Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una**
27 **(CBHLSJ) para o Biênio 2023-2025 e dá outras providências”; 4. Aprovação da**
28 **resolução que “Revoga a Resolução CBHLSJ nº 115/2020 e aprova a possibilidade**
29 **de realização de reuniões das instâncias do CBH Lagos São João nas modalidades**
30 **online e híbrida”; 5. Aprovação da resolução que “Aprova a retomada de**
31 **atividades dos Grupos de Trabalho do Âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica**
32 **Lagos São João por 02 (dois) anos e dá outras providências”; 6. Aprovação da**
33 **resolução que “Regulamenta a aplicação de recursos financeiros do CBHLSJ no**
34 **montante de R\$ 64.328,97 (sessenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e**
35 **noventa e sete centavos) para Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de**
36 **Araruama (alimentação, combustível e óleo lubrificante)”; 7. Assuntos Gerais.**
37 Onde compareceram os seguintes representantes, por videoconferência, conforme lista
38 de presença: Sr. Eduardo Gomes Pimenta (Universidade Veiga de Almeida - Campus
39 Cabo Frio); Sr. Wilson Luiz Nicodemos (Empresa de Assistência Técnica e Extensão
40 Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO); Sra. Irene Alves de Mello
41 (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA); Sr. Arnaldo Villa
42 Nova (Associação Viva Lagoa); Sr. José Carlos Teixeira (Associação de Pescadores
43 Artesanais no Parque das Garças Integradas - APESCARPGIN); Sra. Fernanda Santiago
44 (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Leonardo Rosas Jacinto (Prefeitura Municipal
45 de São Pedro da Aldeia); Sr. Jorge Augusto da Costa Oliveira (Prefeitura Municipal de
46 Arraial do Cabo); Sr. Marcio Reis (Dois Arcos Construções e Gestão de Resíduos
47 LTDA); Sra. Dalva Rosa Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o
48 Desenvolvimento Sustentável - IPEDS); Sr. João Paulo Arruda (Prefeitura Municipal de
49 Iguaba Grande); Sra. Cristiane Mariano (Associação dos Pescadores Artesanais do

50 Distrito de Figueira Entrepasto de Pescados Osório Ferreira I); Sra. Sandra Bárbara
51 (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS); Sr.
52 Jorge Carmo de Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João -
53 ALA); Sr. Clelvio Martins Castello (Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de
54 Iguaba Grande); Sr. Emídio Fernandes (Associação Raízes); Sra. Kátia Regina Lima
55 (Movimento de Mulheres de Iguaba Grande - MOMIG); Sra. Nattaly Meneses
56 (Associação Raízes); Sra. Suzana Nascimento de Souza (Concessionária Águas de
57 Juturnaíba – CAJ); Sr. Davi Germano Ohana de Miranda (Associação Raízes); Sr.
58 Francisco da Rocha Guimarães Neto (Associação de Pescadores Artesanais e Amigos
59 da Praia da Pitória); Sra. Daniele Cantanhêde (Projeto Pescarte - Arraial do Cabo); Sra.
60 Gabriela Figueiredo da Conceição (Prefeitura Municipal de Silva Jardim); Sr. Gustavo
61 Luna Peixoto (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio); Sr.
62 Lucas Aragão (Projeto Pescarte); Sra. Naetê Reis (Projeto Pescarte); Sra. Rafaela
63 Siqueira (Associação Raízes); Sr. Felipe Luz Liberato (Concessionária Prolagos); Sr.
64 Vitor Gomes Silva (Tosana Agropecuária Ltda); Sra. Stephani de Souza Brunetti
65 (Concessionária Prolagos); Sr. Vinícius Carvalho da Silva Mendes (Associação Raízes);
66 Sr. Nelson Gonçalves da Costa Junior (Associação Agroecológica Fazenda Fleixeira);
67 Sra. Alcione (Projeto Pescarte); Sra. Juliana Barbosa (Associação Observação de
68 Araruama); Sra. Cynthia Ranieri (Projeto Albatroz); Sra. Suzana Nascimento
69 (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sra. Dulce Tupy Caldas (Colônia de Pescadores
70 Z-24 de Saquarema); Sra. Gisele Braga Bastos (ouvinte); Sr. Sérgio Kunio Yamagata
71 (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN); Sra. Raquel
72 Trevizam (Secretária Executiva do CILSJ); Sra. Marianna Cavalcante (Coordenadora de
73 Projetos do CILSJ); Sra. Jéssica Berbat (Analista Técnica do CILSJ/CBHLSJ); Sr.
74 Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ/CBHLSJ); Sra. Thaisa Azevedo
75 (Assessoria de Comunicação – CILSJ/CBHLSJ). O Sr. Eduardo Pimenta iniciou a
76 reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, abordou-se o primeiro item de
77 pauta, sobre **aprovação das Atas das reuniões anteriores (31/01/2023 e 26/04/2023)**.
78 Ambas foram aprovadas pela maioria dos membros presentes, sem manifestações
79 contrárias. Após a aprovação, a Sra. Dalva Mansur solicitou a retirada do quarto item da
80 pauta, acerca da aprovação da resolução que “aprova a aplicação de recursos financeiros
81 do CBHLSJ no montante de 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para a
82 estruturação do Escritório de Projetos do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
83 João”, uma vez que seria necessário rever as rubricas de origem do recurso para essa
84 finalidade. Acrescentou que a ideia inicial era retirar um percentual de cada rubrica,
85 entretanto, isso seria discutido posteriormente, para adequação da minuta de resolução
86 em questão. Avançando para a **homologação da entrada de novas Instituições na
87 composição da Plenária do CBH Lagos São João – Biênio 2023-2025**, a Sra. Jéssica
88 Berbat contextualizou a entrada das novas instituições, a saber: Fundação Instituto de
89 Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio,
90 Associação Agroecologia Fazenda Flexeiras, Associação Observação de Araruama,
91 Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de Figueira Entrepasto de Pescados
92 Osório e Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas,
93 informando que toda a documentação encaminhada havia sido avaliada e aprovada pela
94 CTIL realizada no dia 11 de maio de 2023. Sem questionamentos por parte dos
95 membros, avançou-se para a **aprovação da resolução que “Altera a Resolução
96 CBHLSJ nº 180/2023, e dispõe sobre a nova composição da Plenária do Comitê de
97 Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e
98 Una (CBHLSJ) para o Biênio 2023-2025 e dá outras providências”**. Ao final da

99 leitura da minuta da resolução, o Sr. Eduardo Pimenta solicitou o envio de um e-mail ou
100 ofício às novas instituições inscritas, para informá-las da homologação da entrada no
101 CBHLSJ, parabenizando-as. Logo após, o Sr. José Carlos Teixeira alertou que a
102 Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de Figueira no Entrepasto de Pesca
103 Osório não poderia utilizar em seu nome “Entrepasto de Pesca Osório”, pois não fazia
104 mais parte do Entrepasto, uma vez que a concessão de uso do mesmo pertencia à
105 Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas, adquirido
106 através de reintegração de posse. Completou que o ICMBio estava ciente do fato,
107 através de uma carta enviada pela instituição. A Sra. Jéssica Berbat informou que o
108 nome exposto foi retirado do cartão CNPJ da instituição e, por esse motivo, teria que ser
109 colocado na Resolução da forma que estava previsto no documento. Contudo, quando
110 finalmente o nome for alterado, seria realizada a alteração em Resolução. O Sr. Clelvio
111 Castello opinou que se havia uma posição contrária de algum membro, fundamentada
112 por documento, a homologação da inscrição da instituição deveria ser colocada à parte,
113 até que fossem documentadas todas as informações que estavam sendo expostas na
114 presente reunião, e não simplesmente aprovar agora e decidir posteriormente como agir.
115 A Sra. Jéssica Berbat esclareceu que a instituição enviou toda a documentação prevista
116 no Edital Eleitoral e Regimento Interno do CBHLSJ. Entretanto, o questionamento em
117 questão era em relação ao nome adotado pela instituição, pois os pescadores não
118 compreendiam como correto a adoção de um nome que não deveria ser particularizado a
119 tal instituição. Contudo, o que estava em discussão não era a entrada da instituição no
120 Comitê, mas sim a nomenclatura adotada. Sendo assim, a alteração posterior, se for
121 necessário, seria na nomenclatura e não na decisão de permanência ou não da instituição
122 no Comitê. O Sr. Clelvio Castello manifestou que era contra prosseguir com a
123 homologação da referida instituição, uma vez que se havia a possibilidade de alteração
124 do nome, seria necessário ser legalizado perante a junta comercial. A Sra. Jéssica Berbat
125 reiterou que o nome adotado na resolução era exatamente o nome que constava no
126 cartão CNPJ, atualmente. O Sr. Clelvio Castello reforçou a necessidade de revisão do
127 Regimento Interno do Comitê, pois não concordava com alguns pontos do mesmo. O
128 Sr. Arnaldo Villa Nova a situação colocada se tratava de uma disputa jurídica, para
129 saber quem ficaria com a posse do Entrepasto. Contudo, o nome não influenciava na
130 instituição se inscrever no Comitê, por se tratar de um nome fantasia, o que importava
131 era o número do CNPJ e se o mesmo estava ativo. A Sra. Jessica Berbat informou que
132 mesmo que o Regimento venha a ser alterado futuramente, por decisão da Plenária, ele
133 ainda estava vigente e, por isso, não podia ir de contra ao mesmo. De toda forma, a
134 Plenária era soberana, e os membros poderiam deliberar pela não homologação da
135 entrada da instituição, sendo devidamente justificado. Por fim, foi colocada em votação
136 a homologação da entrada da Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de
137 Figueira Entrepasto de Pescados Osório. Os representantes das seguintes instituições se
138 manifestaram a favor: ICMBio; Associação Viva Lagoa; IPEDS; Prefeitura Municipal
139 de São Pedro da Aldeia; Associação Raízes; Dois Arcos Construções e Gestão de
140 Resíduos LTDA; Associação Agroecológica Fazenda Flexeiras; Universidade Veiga de
141 Almeida; Associação Observação de Araruama; MOMIG; Colônia de Pescadores de
142 Saquarema – Z-24; Concessionária Água de Juturnaíba; Prefeitura Municipal de Iguaba
143 Grande; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas. O
144 representante da Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande
145 votou contra a homologação da instituição. Logo em seguida, foi aprovada a resolução
146 que dispõe sobre a nova composição da Plenária do CBHLSJ. Prosseguiu-se para
147 **aprovação da resolução que revogava a Resolução CBHLSJ nº 115/2020 e aprova a**

148 **possibilidade de realização de reuniões das instâncias do CBH Lagos São João nas**
149 **modalidades online e híbrida.** A Sra. Jéssica Berbat contextualizou que no início da
150 pandemia do COVID-19, diante da necessidade em dar continuidade as atividades do
151 Comitê, a Plenária aprovou a Resolução CBHLSJ nº 115/2020, que estabelecia que as
152 suas reuniões fossem realizadas na modalidade virtual, através de videoconferência.
153 Contudo, a mesma era válida apenas enquanto houvesse as restrições de confinamento.
154 De toda forma, mesmo após a flexibilização das restrições, o Comitê optou pela
155 manutenção das reuniões na modalidade virtual. Tendo isso em vista, a presente
156 resolução tinha como objetivo estabelecer diretrizes para a realização das reuniões do
157 CBHLSJ, contemplando os três tipos de modalidades atualmente utilizadas, sendo
158 presencial, virtual e híbrida. Os representantes das seguintes instituições se
159 manifestaram a favor: Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo; ICMBio; Associação
160 Viva Lagoa; Prefeitura Municipal de Iguaba Grande; Dois Arcos Construções e Gestão
161 de Resíduos LTDA; Tosana Agropecuária Ltda; Universidade Veiga de Almeida;
162 Colônia de Pescadores de Saquarema – Z-24; Associação Raízes; Prefeitura Municipal
163 de São Pedro da Aldeia; MOMIG. A presente resolução foi aprovada, pela maioria dos
164 membros, com abstenção da Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba
165 Grande. Avançou-se para **aprovação da resolução que aprova a retomada de**
166 **atividades dos Grupos de Trabalho do Âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica**
167 **Lagos São João por 02 (dois) anos e dá outras providências.** A Sra. Jéssica Berbat
168 introduziu que a resolução em questão tinha apenas o caráter de formalização da
169 prorrogação do prazo de vigência dos Grupos de Trabalho (GT's), que se encontrava
170 vencido. A Sra. Dalva Mansur completou que nem todos os GT's mencionados na
171 resolução eram necessários para o momento, contudo, era importante deixá-los ativos,
172 para o caso de haver alguma matéria pertinente aos mesmos. Os representantes das
173 seguintes instituições se manifestaram a favor: Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo;
174 ICMBio; Associação Viva Lagoa; Prefeitura Municipal de Iguaba Grande; Dois Arcos
175 Construções e Gestão de Resíduos LTDA; Tosana Agropecuária Ltda; Universidade
176 Veiga de Almeida; Colônia de Pescadores de Saquarema – Z-24; Associação Raízes;
177 Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia; MOMIG; Concessionária Prolagos;
178 Concessionária Águas de Juturnaíba; MOMIG; Instituto Albatroz; Associação
179 Agroecológica Fazenda Flexeiras. Sendo assim, a resolução foi aprovada, pela maioria
180 dos membros, com abstenção da Ordem dos Advogados do Brasil - 62 Subseção de
181 Iguaba Grande. O Sr. Emídio Fernandes questionou como era construída a composição
182 dos GT's. Foi informado que a composição era construída através da manifestação de
183 interesse das instituições membros do Comitê, através de ofício. Além disso, os GT's
184 eram essencialmente compostos por técnicos, com conhecimento e experiência na
185 matéria objeto da discussão. Passou-se para **aprovação da resolução que**
186 **regulamentava a aplicação de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$**
187 **64.328,97 (sessenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e sete**
188 **centavos) para Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama**
189 **(alimentação, combustível e óleo lubrificante).** O Sr. Eduardo Pimenta contextualizou
190 sobre a separação do período de defeso dos crustáceos do período dos peixes, resultando
191 na realização de dois períodos de defeso na laguna de Araruama, e tal conquista estava
192 creditada ao Comitê, através da atuação da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura e
193 demais atores envolvidos. Contudo, isso implicava em maior esforço de fiscalização
194 também, pois ainda havia uma parcela minoritária que não estava respeitando o defeso.
195 Aproveitou a oportunidade para parabenizar o Sr. João Paulo Arruda pelo empenho e
196 comprometimento nas ações de fiscalização da laguna. O Sr. João Paulo Arruda

197 externou que apesar do Acordo de Cooperação Técnica para gestão integrada da lagoa
198 de Araruama estivesse vencido, as Prefeituras envolvidas estavam realizando as ações
199 regularmente, durante o período de defeso do camarão. Entretanto, sem o referido o
200 acordo não era possível ultrapassar as barreiras municipais. O Sr. Eduardo Pimenta
201 solicitou à Entidade Delegatária agilidade na renovação do Acordo para proporcionar a
202 segurança jurídica necessária para que as guardas pudessem operar conjuntamente. A
203 Sra. Jéssica Berbat elucidou que a resolução em questão visava formalizar a distribuição
204 do recurso disponibilizado através da Resolução CBHLSJ nº 102/2019, conforme
205 deliberação da CT Pesca e Aquicultura. Com relação ao Acordo de Cooperação
206 Técnica, informou que o mesmo encontrava-se em processo de assinatura pelos
207 Prefeitos e a Secretária Executiva do CILSJ estava atuando ativamente para agilizar o
208 fechamento das assinaturas. O Sr. Eduardo Pimenta e o Sr. João Paulo Arruda
209 parabenizou a Secretária Executiva pelo empenho. Não havendo mais comentários por
210 parte dos membros, foi colocada em votação a aprovação da resolução. Os
211 representantes das seguintes instituições se manifestaram a favor: Prefeitura Municipal
212 de Arraial do Cabo; ICMBio; Associação Viva Lagoa; Prefeitura Municipal de Iguaba
213 Grande; Dois Arcos Construções e Gestão de Resíduos LTDA; Tosana Agropecuária
214 Ltda; Universidade Veiga de Almeida; Colônia de Pescadores de Saquarema – Z-24;
215 Associação Raízes; Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia; MOMIG;
216 Concessionária Prolagos; Concessionária Águas de Juturnaíba; MOMIG; Instituto
217 Albatroz; Associação Agroecológica Fazenda Flexeiras; Ordem dos Advogados do
218 Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande. Sendo assim, a resolução foi aprovada, pela
219 maioria dos membros. Passando para **assuntos gerais**, o Sr. Eduardo Pimenta solicitou
220 a celeridade na realização da reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental e
221 Comunicação Social (CTEACOM) e Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro e
222 Usos Múltiplos, para definição dos(as) seus(uas) respectivos(as) coordenadores(as). Em
223 seguida, comentou que no último Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica
224 do Estado do Rio de Janeiro (ECOB-RJ) foi deliberada a criação de um Fórum
225 Fluminense de Gerenciamento Costeiro, que previa a realização de workshops, e
226 propuseram a realização do primeiro no âmbito da Região Hidrográfica. Com isso, era
227 necessário definir o mais rápido possível os(as) coordenadores(as) das CT's
228 supracitadas. A Sra. Jéssica Berbat informou que na última reunião da CT
229 Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos, conjunta com o GT Plano de Bacia, não
230 houve inscrições para concorrer ao cargo de coordenador, sendo assim, ficou definido
231 que seria realizada uma nova eleição na próxima reunião da instância. Em seguida,
232 informou as datas das próximas reuniões ordinárias das referidas CT's, a saber:
233 CTEACOM: 20 de julho de 2023; CT Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos: 26 de
234 outubro de 2023. Acrescentou que, contudo, poderiam ser realizadas reuniões
235 extraordinárias ou antecipação das datas ordinárias, caso necessário. O Sr. Eduardo
236 Pimenta proferiu que entraria em contato com a Presidência do Fórum Fluminense de
237 Bacias Hidrográficas e depois retornaria o contato informando a necessidade ou não de
238 realização de reunião extraordinária da CT Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos.
239 Dando prosseguimento, a Sra. Dulce Tupy contextualizou que havia solicitado o apoio
240 da CT Pesca e Aquicultura, através de envio de um ofício direcionado ao Movimento
241 S.O.S Porto Não, dos municípios de Saquarema e Maricá, se manifestando contra a
242 instalação do Porto Terminais Ponta Negra, situado na Praia de Ponta Negra, pois a sua
243 construção era uma ameaça à comunidade do município. Contudo, até a presente data o
244 ofício não havia sido enviado, e reiterou a solicitação. Solicitou ainda que fosse
245 discutido o fato na instância pertinente. O Sr. Eduardo Pimenta informou que estava

246 ciente da situação e estava alinhando com o CBH Baía de Guanabara, ainda
247 informalmente, a possibilidade trabalhar em conjunto, em uma posição única ou uma
248 posição de consenso para tais demandas, sugerindo levar a discussão para a CT
249 Gerenciamento Costeiro. A Sra. Dulce Tupy externou sobre o ofício que enviou ao
250 Deputado Estadual Felipe Neto, abordando o projeto de lei sobre a questão costeira,
251 apresentado pelo mesmo na ALERJ, e pedindo a revisão do procedimento marítimo
252 para todo o litoral do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, informou que enviaria toda a
253 documentação pertinente ao assunto ao Comitê, para conhecimento e se disponibilizou a
254 construir o conteúdo do ofício que seria enviado ao Movimento S.O.S Porto Não. Não
255 havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a
256 participação de todos e encerrou a reunião. Deste modo, eu, Samara M. P. da H. Barros,
257 lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de
258 Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia
259 Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 08 de
260 agosto de 2023.



EDUARDO GOMES PIMENTA
Presidente do CBH Lagos São João